

**Exmo(a). Senhor(a) Doutor(a) Juiz de Direito da
2ª Secção de Comércio da Instância Central de
Vila Nova de Famalicão**

J1

**Processo nº 9377/15.2T8VNF
Insolvência de “Jorge Manuel Durães Fernandes”
Apenso da Reclamação de Créditos**

Nuno Rodolfo da Nova Oliveira da Silva, Economista com escritório na Quinta do Agrelo, Rua do Agrelo, nº 236, Castelões, em Vila Nova de Famalicão, contribuinte nº 206 013 876, Administrador da Insolvência nomeado no processo à margem identificado, vem requerer a junção aos autos das seguintes relações:

Anexo A – Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: **montante dos créditos, sua natureza e discriminação;**

Anexo B – Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: **informações sobre as garantias, privilégios e condições suspensivas e/ou resolutivas dos créditos reconhecidos;**

Anexo C – Relação dos créditos não reconhecidos, nos termos do nº 3 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: **valores não reconhecidos e motivos justificativos;**

Anexo D – Lista dos créditos reconhecidos que não foram reclamados.

P.E.D.
O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Castelões, 7 de janeiro de 2016

Insolvência de “Jorge Manuel Durães Fernandes”

Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Anexo A

(Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: montante dos créditos, sua natureza e discriminação)

Insolvência de "Jorge Manuel Durães Fernandes"
Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão
Lista dos créditos reconhecidos (nº 2 do artigo 129º do C.I.R.E.) - Montante dos créditos, sua natureza e discriminação

#	Identificação do Credor	Montante dos Créditos e sua Natureza					Discriminação dos Créditos				Mandatário
		Garantidos	Privilegiados	Comuns	Subordinados	Sob Condição	Capital	Juros	Taxa de Juro	Fundamento	
1	Banco Santander Totta, S.A. Rua do Ouro, nº 88 1100-063 Lisboa NIF / NIPC: 500 844 321			13.963,48 €			10.287,01 €	3.676,47 €	Taxa de juro contratual de 14,5%+4% (crédito pessoal) e 7,15% (cartão crédito)	Crédito pessoal	José Noronha Simões, Dr. Rua do Rosário, nº 127, 2º 4050-523 Porto NIF: 156 310 171
2	BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A. Rua João de Tavira, nº 30 9004-509 Funchal NIF / NIPC: 511 202 008			44.342,96 €		940,01 €	45.085,02 €	197,95 €	Taxa de juro legal	Aval	Ana Duarte Esteves, Drª Torre Colombo Ocidente, Rua Galileu Galilei, nº 2, 11º B 1500-392 Lisboa NIF: 223 839 604
3	Caixa Económica Montepio Geral Rua da Áurea, nº 219 a 241 1100-062 Lisboa NIF / NIPC: 500 792 615			5.610,85 €			5.610,85 €			Relacionado	
4	Fazenda Nacional			8.467,50 €			7.692,98 €	774,52 €	Taxa anual de 6,351% (artigo 3º, nº 1 do Decreto-Lei 73/99 de 16-03, com a redacção dada pela Lei 3-B/2010, de 28-04, do Aviso nº 27831-F/2010, de 31-12 e dos artigos 211º e 212º da Lei 110/2009, de 16-09)	Reversão	Serviços do Ministério Público de Vila Nova de Famalicão Avenida Engenheiro Pinheiro Braga, nº 1000 4764-501 Vila Nova de Famalicão
5	Instituto da Segurança Social, I.P. Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF / NIPC: 505 305 500			65,90 €		1.121,51 €	1.069,88 €	117,53 €	Taxa anual de 6,351% (artigo 3º, nº 1 do Decreto-Lei 73/99 de 16-03, com a redacção dada pela Lei 3-B/2010, de 28-04, do Aviso nº 27831-F/2010, de 31-12 e dos artigos 211º e 212º da Lei 110/2009, de 16-09)	Contribuições (Reversão); Restituição de Subsídio de Doença	Isabel B. Freitas, Drª Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF: 192 626 660
6	NORGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A. Avenida da Boavista, nº 2121, 3º, Escritórios 301 a 304 4100-134 Porto NIF / NIPC: 506 211 991			12.893,19 €			12.215,42 €	677,77 €	Taxa de juro comercial	Aval	Eliana Matos Oliveira, Drª Rua Professor Mota Pinto, nº 42 F, Sala 211 4100-353 Porto
7	Novo Banco, S.A. Avenida da Liberdade, nº 195 1250-142 Lisboa NIF / NIPC: 513 204 016			16.011,81 €			15.152,12 €	859,69 €	Taxa de juro de 4%	Mútuo	Miguel Cerqueira Gomes, Dr. Rua de Ceuta, nº 53 - 6º 4050-191 Porto NIF: 158 716 078
Total				101.355,69 €		2.061,52 €	97.113,28 €	6.303,93 €			

7 de Janeiro de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Insolvência de “Jorge Manuel Durães Fernandes”

Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Anexo B

(Relação dos créditos reconhecidos, nos termos do nº 2 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: informações sobre as garantias, privilégios e condições suspensivas e/ou resolutivas dos créditos reconhecidos)

Insolvência de "Jorge Manuel Durães Fernandes"

Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Lista dos créditos reconhecidos (nº 2 do artigo 129º do C.I.R.E.) - Outras informações

#	Identificação do Credor	Garantias		Privilégios	Condições		Notas
		Reais	Pessoais		Suspensivas	Resolutivas	
1	BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A. Rua João de Tavira, nº 30 9004-509 Funchal NIF / NIPC: 511 202 008				940,01 €		Crédito sob condição suspensiva refere-se a comissões que o credor venha a suportar
2	Instituto da Segurança Social, I.P. Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF / NIPC: 505 305 500				1.121,51 €		Crédito sob condição suspensiva diz respeito ao valor devido no caso de se verificar a reversão contra o devedor
Total					2.061,52 €		

7 de janeiro de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Insolvência de “Jorge Manuel Durães Fernandes”

Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Anexo C

(Relação dos créditos não reconhecidos, nos termos do nº 3 do artigo 129º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresa: valores não reconhecidos e motivos justificativos)

Insolvência de "Jorge Manuel Durães Fernandes"
Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão
Lista dos créditos não Reconhecidos (nº 3 do artigo 129º do C.I.R.E.) - Valores não reconhecidos e motivos justificativos

#	Identificação do Credor	Valor do Crédito			Motivo do não reconhecimento	Mandatário
		Reclamado	Reconhecido	Não Reconhecido		
1	BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A. Rua João de Tavira, nº 30 9004-509 Funchal NIF / NIPC: 511 202 008	45.282,97 €	45.282,97 €	Crédito reconhecido com natureza distinta	Crédito relativo a "comissões" reconhecido sob condição suspensiva, pois credor não demonstra documentalmente qual o valor efectivamente suportado a esse título	Ana Duarte Esteves, Drª Torre Colombo Ocidente, Rua Galileu Galilei, nº 2, 11º B 1500-392 Lisboa NIF: 223 839 604
2	Instituto da Segurança Social, I.P. Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF / NIPC: 505 305 500	1.187,41 €	1.187,41 €	Crédito reconhecido com natureza distinta	Crédito proveniente de contribuições e juros de mora enquanto responsáveis subsidiários da sociedade "Jobeltir - Transportes, Lda." (Euros 1.109,90 e Euros 11,61) reconhecido sob condição suspensiva, pois credor não demonstra ter efectuado, de forma definitiva, a reversão contra os insolventes	Isabel B. Freitas, Drª Praça da Justiça 4714-505 Braga NIF: 192 626 660
Total		46.470,38 €	46.470,38 €			

7 de janeiro de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)

Insolvência de “Jorge Manuel Durães Fernandes”

Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Anexo D

(Lista dos créditos reconhecidos que não foram reclamados)

Insolvência de "Jorge Manuel Durães Fernandes"

Processo nº 9377/15.2T8VNF da 2ª Secção de Comércio (J1) da Instância Central de Vila Nova de Famalicão

Lista dos créditos reconhecidos mas não reclamados

#	Identificação do Credor	Crédito	Motivo
1	Caixa Económica Montepio Geral Rua da Áurea, nº 219 a 241 1100-062 Lisboa NIF / NIPC: 500 792 615	5.610,85 €	Relacionado
	Total	5.610,85 €	

7 de janeiro de 2016

O Administrador da Insolvência

(Nuno Oliveira da Silva)